

AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO ORGÂNICA: ESTRATÉGIAS E RELAÇÃO COM AS FEIRAS

FAMILY FARMING AND ORGANIC PRODUCTION: STRATEGIES AND RELATIONSHIP WITH THE FAIRS

Nelly Marissa Guerra Pisco

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

pisco@alunos.utfpr.edu.br

Hieda Maria Pagliosa Corona.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

hiedacorona@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT5 Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural

Resumo

A agricultura familiar é a principal fonte de produção de alimentos para o ser humano, além de ser um pilar da tradição e da cultura que gera uma profunda conexão com a natureza. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica onde o contexto a agricultura familiar baseada na produção orgânica é orientada para um modelo de agricultura sustentável que beneficie tanto o ser humano quanto o planeta promovendo o desenvolvimento sustentável. Os circuitos curtos de comercialização, como as feiras, tornaram-se espaços fundamentais para o compartilhamento de experiências e saberes favorecendo as relações diretas entre produtores e consumidores. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender o papel da agricultura familiar dedicada à produção orgânica e a conexão que se estabelece dentro das feiras como espaços de troca.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Produtos Orgânicos, Feira.

Abstract

Family farming is the main source of food production for human beings, in addition to being a pillar of tradition and culture that generates a deep connection with nature. In this context, family farming based on organic production is oriented towards a sustainable agriculture model that benefits both human beings and the planet by promoting sustainable development. Short marketing circuits such as fairs have become key spaces for sharing experiences, knowledge and learnings, promoting direct relationships between producers and consumers. In this sense, the objective is to understand the role of family agriculture dedicated to organic production and the connection that is established within fairs as spaces for exchange.

Key words: Family Farming, Organic products, Fairs..

1. Introdução

A agricultura familiar tem sido um pilar fundamental na história e no desenvolvimento do nosso país. Além da sua importância econômica desempenha um papel social crucial, já que enfrenta enormes desafios em termos de sustentabilidade e produtividade (Silva et al, 2021), para promover as principais fontes de segurança alimentar por meio de sistemas: convencionais, que ainda predominam; agroecológicos e da agricultura orgânica (IFOAM1, 2024). Embora o modelo agrícola convencional ou industrial tenha alcançado aumentos significativos na

1 Sigla em inglês para Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica, fundada nos anos 70 do século passado e que possui normas internacionais, sendo referências para a agricultura orgânica e produz um anuário com informações sobre produção e mercados de produtos orgânicos

produtividade das culturas e tenha dado origem a sistemas que parecem lucrativos, ele tem sido fortemente questionado devido à sua relação com vários problemas ecológicos e socioambientais (Sarandon, 2009).

A implementação de práticas agrícolas tem um impacto significativo em vários aspectos ambientais, humanos e socioeconômicos (Silva, 2022). Entre os efeitos mais relevantes incluem: a crescente dependência de combustíveis fósseis e a baixa eficiência energética; degradação dos recursos naturais; contaminação dos alimentos e do meio ambiente; uso excessivo de produtos químicos como pesticidas e fertilizantes sintéticos; os efeitos negativos sobre a saúde dos agricultores e consumidores; erosão genética; a diminuição da biodiversidade, produto da simplificação dos agroecossistemas; e a perda de técnicas, conhecimentos e culturas tradicionais dos agricultores (Sarandon, 2009; Silva, 2022).

De acordo com Enrique Leff (2019) a crise ambiental é o efeito da crise histórica mais marcante, devido à intervenção das ações e decisões do homem em relação aos recursos naturais, com o domínio da racionalidade científica e do processo de globalização, gerando sempre mais capital de forma concentrada. Esse processo, no entanto, também está incentivando a busca de alternativas e princípios que orientem motivações e ações como os pensamentos socioambientais (Floriani e vergara 2015; leff, 2019) para "reorientar os cursos da história no futuro em direção para a sustentabilidade" (Leff, 2019, p.66).

Nas últimas décadas o interesse por alimentos saudáveis e ricos em nutrientes como os produtos orgânicos vem aumentando em todo o mundo, impulsionado por uma maior conscientização sobre a saúde que exige o consumo de produtos que beneficiem a saúde do consumidor e do produtor. Como menciona Clayton e Valarini (2001) a principal razão das preocupações é com a saúde, devido à ausência de resíduos de pesticidas nos produtos orgânicos; ademais a influência na conservação ambiental e o uso de estratégias de marketing que valorizam produtos orgânicos, especialmente em redes de supermercados influenciadas por países desenvolvidos.

Um fato muito importante, de acordo com o relatório do Instituto de Pesquisa em Agricultura Orgânica (FIBL) e Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica (IFOAM), é que em 2022 houve aumento de hectares destinados à produção de produtos orgânicos em 26,6% em relação a 2021, atingindo 96,4 milhões de hectares em todo o mundo. Os continentes com mais terras orgânicas são: Oceania, Europa, América Latina e África. Deve-se notar que a América Latina está em terceiro lugar mundial, sendo quatro principais países com mais hectares em produção orgânica: Argentina, Uruguai, Brasil e México; os quais atendem, além da demanda interna, à demanda por produtos orgânicos dos Estados Unidos e da União Europeia.

O Brasil ocupa a terceira posição na América Latina em termos de área de produção e é o segundo maior mercado consumidor de produtos orgânicos. A maior parte da produção orgânica do Brasil é destinada ao mercado interno, com 90% da produção dos quais 60% correspondem a frutas e hortaliças frescas. Além disso o país implementou políticas públicas e conta com organizações privadas que promovem a produção e comercialização de produtos orgânicos que visam a segurança alimentar e a alimentação saudável, a partir da agricultura familiar, incentivando os hábitos alimentares locais (Lima et al, 2020; Silva e Polli, 2020).

No mercado interno, a pesquisa realizada em 2023 pelo Conselho Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável (ORGANIS) revela que 36% dos participantes afirmaram ter consumido produtos orgânicos nos últimos 30 dias. Esse dado mostra uma tendência de crescimento no consumo de produtos orgânicos, em comparação com pesquisas anteriores, pois em 2017, 17% dos participantes afirmaram consumi-los; em 2019 era de 19% e em 2021 chegou a 31%. Observando os principais públicos consumidores destaca-se que predomina as classes sociais A e B e pessoas com mais de 65 anos. Além disso os alimentos orgânicos estão

associados principalmente a frutas e vegetais (produtos saudáveis e naturais). Entre os vegetais orgânicos a alface lidera o consumo (67%), seguida por frutas como banana e maçã com mais de 60% e vegetais como batata (36%), cenoura (32%) e tomate (24%), sendo este último o mais difícil de encontrar em termos de compra de produtos orgânicos. Os supermercados e feiras são os principais pontos de venda, com 89% dos consumidores a endossarem a utilização do selo de certificação obrigatório, sendo que o preço continua a ser a principal barreira ao consumo, representando 54%, embora tenha diminuído face às edições anteriores da pesquisa, onde era de 67% (ORGANIS, 2023).

Para Wilkinson (2008), as redes e movimentos sociais têm favorecido a reintegração econômica de agricultores familiares brasileiros excluídos da modernização agrícola. O desenvolvimento da agricultura familiar orgânica é potencializado pela parceria com circuitos curtos e redes de alimentos alternativos apoiados por alianças e políticas públicas. Em termos econômicos, a distinção entre circuitos de distribuição curtos e longos depende do número de intermediários entre a produção e o consumo, embora não seja o único fator relevante. Outras características socioculturais importantes dos curtos-circuitos incluem: 1) A capacidade de socializar e localizar o produto gerando vínculos com a origem; 2) a redefinição da relação produtor-consumidor, destacando a origem dos alimentos; 3) a promoção de preços justos e qualidade orgânica; e 4) a conexão direta entre o consumidor e o produtor (Darolt et al, 2016).

A importância de mencionar o aumento de agricultores na produção de produtos orgânicos e a demanda dos consumidores que os percebem como opções mais saudáveis, mostra o objetivo desta pesquisa que resulta no presente artigo que é analisar a agricultura familiar dedicada à produção orgânica em uma de suas estratégias que é a comercialização por meio das feiras. A metodologia utilizada é qualitativa e serão utilizadas fontes como artigos acadêmicos, livros e relatórios de organizações por meio de revisão bibliográfica e documental.

A estrutura do artigo é dividida em três seções. A primeira aborda a parte teórica sobre a agricultura familiar e seu modelo de produção, especialmente sobre a produção orgânica e as bases para a sustentabilidade. O segundo enfoca sua modalidade de comercialização por meio de circuitos curtos, como feiras. E, finalmente, as conclusões sobre as contribuições do estudo.

3. Fundamentação teórica

O presente estudo examinará a literatura disponível sobre a agricultura familiar, a produção de produtos orgânicos e sua ligação com a comercialização em feiras. Por meio de uma revisão exaustiva das contribuições acadêmicas existentes, buscamos identificar padrões recorrentes, apontar lacunas no conhecimento e construir uma base teórica que dê suporte ao desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Agricultura familiar e produção orgânica: conexão sustentável

O início da agricultura de base familiar remonta a séculos atrás, quando a agricultura era a principal atividade econômica de muitas sociedades. No entanto, a agricultura familiar passou por várias transformações e desafios ao longo do tempo, especialmente com o avanço da industrialização e da urbanização. A busca de emprego nas fábricas levou muitas pessoas das áreas rurais para as cidades desde a Revolução Industrial. Isso resultou em uma diminuição da mão de obra agrícola e mudanças significativas na estrutura da agricultura. Fonseca (2009) argumenta que, na década de 1980, se estabeleceu dois modelos, um baseado exclusivamente no mercado e outro na agricultura familiar.

A agricultura familiar (AF), por sua vez, preserva a conexão direta com a terra, sendo uma das características que a define. Silva (2021) argumenta que ela é fundamental para a história e o desenvolvimento de muitos países, desempenhando um papel social e econômico de extrema importância. Essa forma de agricultura não apenas atende às necessidades

alimentares, mas também é uma grande responsável por manter as estruturas econômicas e sociais das comunidades rurais.

Segundo Ploeg (2014), a AF combina trabalho manual e intelectual, ao integrar atividades físicas com decisões estratégicas sobre o manejo das lavouras. O foco está não apenas na produção de alimentos, mas também na contribuição para o desenvolvimento rural. Ploeg destaca dez características essenciais da agricultura familiar: controle sobre seus principais recursos; conexão com a paisagem e o meio rural; manutenção da cultura viva; participação ativa na economia rural; ambiente de aprendizado e construção de conhecimento, conectando o passado, o presente e o futuro; representação de uma casa de família como local de pertencimento; geração de renda, alimentação e nutrição; conexão entre a família e a agricultura; e melhor retorno financeiro para a força de trabalho.

Essas qualidades, segundo o autor, têm o potencial de fortalecer a soberania e a segurança alimentar, além de impulsionar o desenvolvimento econômico local por meio da geração de empregos. Elas contribuem para aumentar a resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, desempenhando um papel crucial na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A AF é um campo diverso e complexo, historicamente associado ao oposto do moderno, urbano e industrial. Seu trabalho não abrange apenas a produção de alimentos, mas também a criação de laços sociais únicos. Organiza-se em torno do trabalho familiar com o objetivo de garantir a sobrevivência e durabilidade da estrutura familiar ao longo do tempo (Corona e Pereira, 2015). Se estrutura de várias formas, entre elas, a adoção de sistemas agroecológico e agricultura orgânica (IFOAM, 2024).

De acordo com Eduardo Sevilla (2017), a agroecologia surgiu na América Latina na década de oitenta como uma resposta aos impactos negativos da modernização agrícola impostos pela chamada Revolução verde, que introduziu práticas agrícolas intensivas como o uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos visando aumentar a produção de alimentos. Portanto, a abordagem da agroecologia busca a sustentabilidade ambiental, a preservação dos recursos naturais e o respeito às práticas agrícolas locais, as quais desempenham um papel articulador entre agricultura, alimentação, meio ambiente e saúde, em diferentes graus e em sintonia com a natureza do território (Brandenburg; Rozendo e Lamine, 2021).

Altieri (2009) menciona que a agroecologia é uma disciplina que aplica princípios ecológicos para projetar agroecossistemas sustentáveis de longo prazo, eficientes, equilibrados, imitando a natureza, promovendo a biodiversidade e avaliando sua complexidade, ou seja, onde as interações ecológicas e as sinergias entre os componentes biológicos permitem a autorregulação da fertilidade do solo, produtividade e proteção de cultivos, promovendo uma abordagem multifacetada que busca soluções aos problemas ambientais, sociais e econômicos dentro da AF e dos sistemas alimentares, promovendo uma agricultura justa, resiliente e sustentável (Altieri et al, 2021).

Aliada à agroecologia, tem-se, de acordo com a Lei N°10831 no art. 1, o sistema orgânico de produção agropecuária (agrícola e pecuária), definido como aquele que utiliza técnicas para otimizar o uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, respeitando a integridade cultural das comunidades rurais, sendo o objetivo:

A sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (Brasil, 2003, art. 1)

Objetivos da lei por fim indicam: incentivar as práticas sustentáveis, o que significa uma agricultura equilibrada alinhada com a preservação ambiental; criar modelos de produção viável a curto e a longo prazo; evitar uso de insumos prejudiciais (sintéticos e transgênicos), para beneficiar os consumidores e a biodiversidade.

A agroecologia contribui com a soberania e a segurança alimentar de suas populações em seus territórios (Fonseca, 2009). Cada território pode ser caracterizado por suas culturas, sociedades e produção, que fecham o círculo virtuoso da diversificação produtiva da autossuficiência e da circulação interna de valores (Cruz, et al 2022). O reconhecimento da AF como fator chave para o desenvolvimento territorial liga-se de forma mais contundente à produção orgânica, a promoção da conservação da biodiversidade e a garantia da soberania e segurança alimentar da população (Altieri, 2009).

Portanto a produção orgânica desempenha um papel fundamental na transição para modelos de produção mais sustentáveis, que busca a equidade social e a integração de práticas agrícolas que promovem a biodiversidade e garantam a sustentabilidade no longo prazo. Ao priorizar métodos de cultivo que respeitem os ciclos naturais não só contribui para a preservação dos ecossistemas, mas também incentiva uma maior justiça social, apoiando os produtores locais e a AF (Abreu et al., 2012; IFOAM, 2024). Sua importância é reconhecida em múltiplas dimensões, desde sua longa trajetória histórica até sua crescente aceitação nos mercados internacionais (Abreu et al., 2012).

Do ponto de vista econômico, a produção orgânica tem ganhado espaço devido ao seu impacto positivo na rentabilidade dos produtores, especialmente no âmbito da AF, ao apostar na utilização de recursos locais e técnicas sustentáveis (Sampaio et al., 2013; IFOAM, 2024), como a implementação de alternativas orgânicas ou naturais que permitam repensar profundamente os sistemas de produção, priorizando a saúde do ecossistema e a autossuficiência das comunidades agrícolas (Peres-Cassarino et al., 2016).

A utilização de recursos locais e técnicas sustentáveis eliminam a dependência de insumos externos caros, como fertilizantes sintéticos ou pesticidas, o que representa uma vantagem significativa para a AF, que procura minimizar custos e aumentar a resiliência dos seus sistemas de produção (IFOAM, 2024).

Em agosto de 2012, o Brasil instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Essa política reafirma o compromisso do Governo Federal em integrar, articular e adaptar políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e a produção orgânica como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta de alimentos saudáveis para o consumo.

3.2 A feiras e a estratégias da comercialização dos agricultores familiares de produção orgânica.

As feiras são espaços onde os atores sociais entrelaçam aspectos econômicos e culturais. A interação social e a influência dos valores culturais nas transações comerciais fazem dessas feiras lugares onde a economia e a cultura se encontram e se manifestam de forma específica (Cassol e Colpari, 2021), favorecendo a reconexão entre agricultores, cultura, alimentação, saúde, meio ambiente, economias locais e territórios. Esses elementos abrem caminhos para diferentes formas de inovação, visando principalmente fortalecer a dinâmica relacional e espacial entre a produção e o consumo de alimentos orgânicos (Colpary e Cassol, 2021; Rover e Darolt, 2021).

As feiras representam uma forma de organização econômica e social que funciona como uma estratégia de resistência ao modelo de mercado dominante. Oferecem uma alternativa de desenvolvimento ao facilitar o contato direto entre consumidores e agricultores familiares, promovendo relações comerciais e socioculturais que contribuem para a preservação de modos de vida tradicionais, combinado com mudanças ocorridas através de suas experiências com a produção orgânica e agroecológica (Corona et al, 2018).

Abel Cassol e Otto Colpari (2021), enfatizam três aspectos importantes das feiras: a) elas são desenvolvidas a partir de fortes laços de identidade cultural que influenciam práticas e circuitos comerciais gerando interações entre seus produtores e consumidores; b) redes de interação pessoal que promovem a formação e o desenvolvimento do mercado e a capacidade de racionalidade econômica influenciada pelo contexto; e c) fortes conexões com seu local de origem que incentivam as interações entre seus produtores (Cassol e Colpari, 2021).

Do ponto de vista econômico, a redução do número de intermediários oferece vantagens significativas tanto para os consumidores como para os produtores. Ao eliminar ou reduzir a intervenção de intermediários na cadeia de distribuição, os produtores podem reter uma parte maior do valor do produto vendido (Scheider, 2016; Rover e Darolt, 2021; Schwab, Amaral y Corte, 2022; Fonseca et al, 2022). Ao mesmo tempo, esta redução torna mais fácil para os consumidores pois torna o preço final mais acessível.

Desta forma, privilegia-se uma comercialização com preços mais justos para ambas as partes, oferecendo vantagens significativas tanto para os consumidores como para os produtores (Scheider, 2016, Fonseca et al, 2022; Rover e Darolt, 2021; Schneider, 2020). Mesmo que com pequena diferença de preços nos produtos orgânicos, pode-se dizer que existe um segmento de consumidores dispostos a pagar um pouco mais por produtos orgânicos, o que também reflete no valor agregado desse tipo de alimento (Rover e Darolt, 2021).

O contato próximo entre produtor e consumidor fortalece a confiança mútua e contribui para a construção de uma rede comercial mais transparente e sustentável. Esse modelo não só beneficia as partes envolvidas, mas também promove a sustentabilidade e o fortalecimento das economias locais, alinhando-se aos princípios da agricultura orgânica e da agroecologia. Além disso, esta relação comercial direta não só assegura a qualidade do produto garantindo a sua origem e frescura como também fomenta um maior reconhecimento e valorização dos produtores locais, envolvendo elementos espaciais e socioculturais que definem o seu caráter (Cassol e Schneider, 2015; Fonseca et al, 2022), permitindo ao consumidor conhecer o local, o método de produção, as tradições e a cultura alimentar (Rover e Darolt, 2021).

No entanto, a produção orgânica está sujeita ao cumprimento de um conjunto de normas definidas internacional e nacionalmente que estabelecem as condições de produção, transformação e comercialização. O monitoramento e a avaliação do cumprimento dessas normas estão ligados aos processos de certificação, que garantem ao consumidor que o produto é orgânico e atende aos procedimentos técnicos estabelecidos, por meio do selo de certificação. Assim, os sistemas de produção orgânica estão ligados às práticas e insumos utilizados, promovendo uma gestão sustentável que também funciona como instrumento para agregar valor e gerar renda para os produtores (Pedrada e Borges, 2023). De acordo com a legislação brasileira, em seu artigo 3º, fica estabelecido que para a comercialização de produtos orgânicos, estes deverão ser certificados por órgão oficialmente reconhecido, obedecendo aos critérios especificados na regulamentação correspondente, detalhando:

§ 1º No caso de comercialização direta ao consumidor, por agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente registrados no órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurados aos consumidores e ao órgão

fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso às instalações de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o inciso deste artigo, com enfoque nos sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será objeto de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no país. (BRASIL, 2003).

A legislação brasileira prevê três mecanismos que atendem aos requisitos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG) para garantir a qualidade da produção orgânica, a qual deve ser identificada e acessível aos/as consumidores/as. Esse Sistema é composto pelo Sistema de Certificação e pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), formado pelos fornecedores, consumidores, agricultores e pelos membros dos Organismos Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC's). “O Selo Oficial deve ser usado em produtos certificados por auditoria e também por produtores vinculados ao Sistema Participativo de Garantia (SPG)” (Fonseca, 2009 e Fonseca et al, 2022), como podemos observar na seguinte figura:

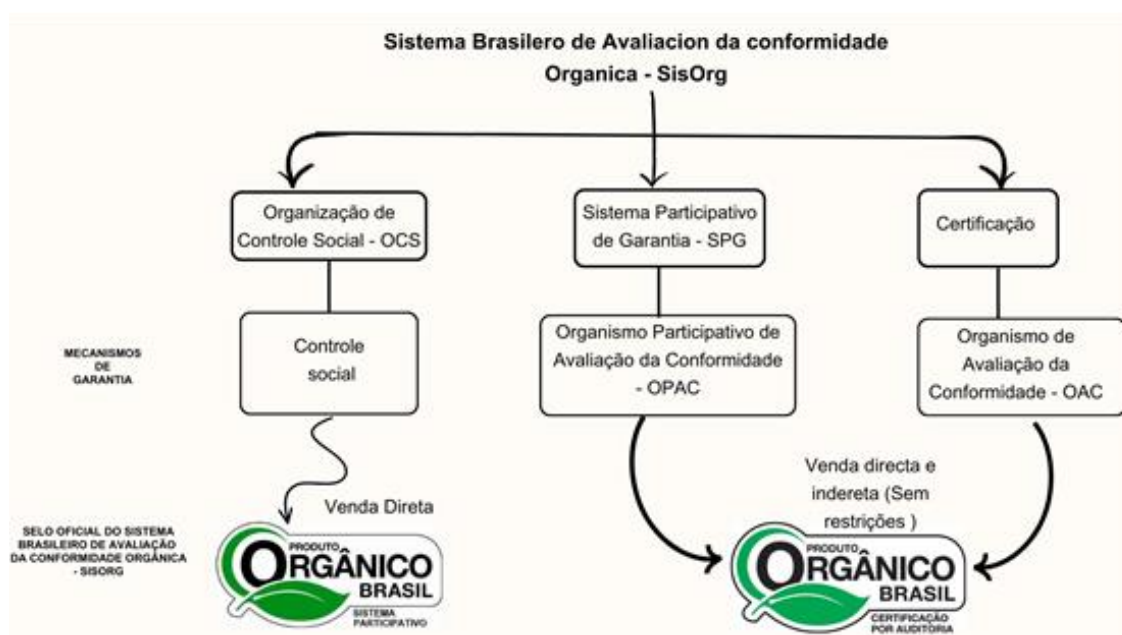


Figura Nº1: Mecanismos de avaliação da conformidade orgânica
Fonte: Adaptado de Fonseca (2009) e Fonseca et al (2022)

Argumenta Fernandes (2021) que o processo de certificação orgânica do mecanismo da OCS (organização de controle social), é um sistema muito simples, e fundamentada na confiança entre produtor e consumidor. Seus produtos são comercializados em feiras ou entrega de cestas; em mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); para programas de compras públicas; entre outros. Os preços podem ser similares ao do mercado local ou regional, ou maior até em torno de + 30% em relação aos produtos convencionais.

A certificação participativa surgiu como uma resposta à necessidade crescente de produtores que desejavam obter a certificação orgânica, mas enfrentavam dificuldades devido aos altos custos do processo de certificação por auditoria. Até a década de 1990, apenas os produtores que se submetiam à certificação por auditoria, que envolve a obtenção e avaliação de evidências para verificar o cumprimento dos requisitos, eram reconhecidos como orgânicos. Outros sistemas que buscavam gerar credibilidade para a qualidade orgânica não eram reconhecidos (Fernandes, 2021). Para superar essas barreiras, foi criada a certificação

participativa, a partir de 1992, permitindo que mais produtores tivessem acesso a uma certificação mais acessível.

No Brasil, um dos principais OPACs é a Rede Ecovida de Agroecologia, credenciada pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em 2010 (CEPAGRO, 2018), ele tem promovido um desenvolvimento sustentável, baseado em estratégias de produção que buscam recuperar a diversidade dos sistemas produtivos dentro da perspectiva da agroecologia (Barbosa e Brandenburg, 2018).

Durante a pesquisa sobre as feiras orgânicas no Sudoeste Paranaense, foram encontrados diversos estudos relevantes sobre o tema. Dentre eles, destaca-se o trabalho de Rech e Godoy (2011). A seguir, apresenta-se a Tabela 01, que mostra o número de feirantes nos municípios do Sudoeste do Paraná no ano de 2011.

Municípios do Sudoeste do Paraná	Número de Feirantes
Pato Branco	46
Bom Sucesso do Sul	2
Clevelândia	5
Francisco Beltrão (Central)	30
Francisco Beltrão (Assesóar)	10
Francisco Beltrão (Pinheirinho)	10
Francisco Beltrão (Cristo Rei)	2
Salgado Filho	13
Ampére (Centro)	16
Ampére (Famper)	10
Nova Esperança do Sudoeste	2
Dois Vizinhos	4
Salto do Lontra	6
Nova Prata do Iguaçu	9
Realeza	10
Bela Vista da Caroba	16
Pérola do Oeste	10
Planalto	7
Capanema	20
Total	228

Tabela 01: Número de feirantes nos municípios do Sudoeste do Paraná em 2010
Fonte: Rech & Godoy (2011).

A Tabela 02 apresenta a variação no número de feirantes cadastrados entre 2010 e 2021 em alguns municípios do Sudoeste Paranaense. Foi observada uma redução no número de feirantes em Pérola do Oeste e Realeza, com quedas de -60% e -20%, respectivamente. Por outro lado, o município de Planalto registrou um aumento de 14% no número de feirantes.

Municípios	Ano		Var %
	2010	2021	
Capanema-PR.	20	20	0%
Pérola do Oeste.	10	4	-60%
Planalto.	7	8	14%
Realeza e Salgado Filho.	10	8	-20%

Tabela 02: Número de feirantes cadastrados nos anos de 2010 e 2021.

Fonte: Adaptado de Rech & Godoy (2011) e Triches et al (2024).

Um dado importante observado no município de Pato Branco, que liderava o número de feirantes em 2010 (Rech e Godoy, 2011), é que, de acordo com a pesquisa realizada por Ana Padilha (2019), a feira de produtos orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, que teve início em agosto de 2016, se consolidou como um evento semanal, realizado até os dias atuais. A feira oferece alimentos orgânicos à comunidade acadêmica, aos servidores da instituição e à população em geral, também conta com a participação de agricultores familiares orgânicos, sendo a maioria deles certificados por organizações de controle social, como a Rede Ecovida (Padilha et al, 2019).

A Feira dentro da Instituição promove uma interação entre os agricultores e a comunidade estudantil. Esse processo fortalece e motiva a população jovem a se relacionar com práticas agroecológicas e acesso a alimentação de qualidade que promove a segurança alimentar. Além disso, são destacadas ações que envolvem o tripé da educação, extensão e ensino, “permitindo ao público jovem a (re)construir conhecimentos e saberes sobre a importância e a necessidade de mudanças para alcançarmos a sustentabilidade” (Padilha et al, 2019, p. 10).

Assim também foi gerada a criação de feiras orgânicas nos bairros de Pato Branco-PR, que teve início em 2018 com o projeto de extensão "Feira Orgânica no Bairro" da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), Campus Pato Branco, em parceria com o IDR (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER). Em 2020, os pesquisadores realizaram entrevistas com os consumidores das feiras, e os resultados indicaram que eles estão principalmente motivados por fatores como o cuidado com o meio ambiente, a busca por uma alimentação mais saudável, a durabilidade e o sabor superior das frutas e verduras, e a facilidade de acesso direto aos produtores. Além disso, pouco mais da metade dos participantes da pesquisa afirmou frequentar a feira de seu bairro, o que reforça a ideia de que a conveniência de ter uma feira próxima de seu bairro, o que destaca a importância da proximidade como fator decisivo na escolha do local compras (Quinaglia, Perondi, Tomazini, 2021).

Esse dado reforça a ideia de que a conveniência, como a possibilidade de ter uma feira perto de casa, desempenha um papel crucial nas decisões de compra dos consumidores. Além disso, oferece uma orientação estratégica para a organização das feiras, promovendo sua sustentabilidade ao considerar as necessidades dos consumidores locais. Dentro desse contexto, a modernização da agricultura tem impactado tanto a segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas quanto nas rurais. A situação de insegurança alimentar, associada à qualidade e à quantidade dos alimentos disponíveis, é um desafio crescente. A busca por alternativas mais sustentáveis e locais, como as feiras, surge como uma resposta a esses desafios, contribuindo para uma maior segurança alimentar e nutricional nas comunidades, ao mesmo tempo em que favorece o bem-estar do nosso ambiente.

4. Considerações finais

A agricultura familiar e a produção orgânica têm se consolidado como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável, não só no Brasil, mas também globalmente. Suas práticas interligam-se por uma abordagem que respeita os ciclos naturais e busca o equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais. A agricultura familiar com sua conexão profunda com a terra é crucial para garantir a segurança alimentar, fortalecer as comunidades rurais e promover a geração de renda. A adoção de sistemas agroecológicos e orgânicos emerge como uma resposta às limitações dos modelos agrícolas convencionais, como

o uso excessivo de agrotóxicos e transgênicos, promovendo soluções mais sustentáveis e resilientes.

Além disso, as políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), têm desempenhado um papel essencial ao apoiar essa transição, incentivando práticas que respeitam o meio ambiente e as culturas locais. A crescente demanda por alimentos saudáveis e ambientalmente responsáveis tem mostrado que a agricultura familiar orgânica é uma alternativa viável e promissora para o futuro, tanto no fortalecimento das economias locais quanto na preservação dos ecossistemas e na promoção de uma justiça social mais equitativa.

As feiras de agricultores familiares e a comercialização de produtos orgânicos constroem a economia mais justa, transparente e sustentável. Elas não apenas funcionam como canais de venda direta, mas também são espaços culturais onde a confiança, a autenticidade e a sustentabilidade são valorizadas, promovendo uma conexão direta entre produtores e consumidores. Esse modelo fortalece os laços sociais e culturais, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios econômicos para ambas as partes com preços mais justos e maior rentabilidade para os agricultores.

A certificação, especialmente por meio de sistemas participativos como o Sistema Participativo de Garantia (SPG), desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade e rastreabilidade dos produtos, permitindo que os agricultores familiares, muitas vezes com recursos limitados, possam acessar mercados de produtos orgânicos. Esses mecanismos são essenciais para garantir a credibilidade dos produtos e fortalecer a relação de confiança entre produtores e consumidores.

Portanto, as feiras e a comercialização de produtos orgânicos aliadas a práticas agrícolas sustentáveis e a implementação de sistemas de certificação acessíveis, representam estratégias poderosas para fortalecer as economias locais, promover a inclusão social e garantir a segurança alimentar. É fundamental apoiar e expandir essas práticas, garantindo que a agricultura familiar orgânica continue a crescer como um modelo de produção sustentável e inclusivo para as gerações futuras.

Referências

ABREU, L. S. de; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. (2012) Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. [Relaciones entre agricultura orgánica y agroecología: desafíos actuales en torno a los principios de la agroecología.] *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, pp. 143-160. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/26865/19676>

ALTIERI, M. A. (2009). Agroecología: La dinámica del ecosistema agrícola y sus implicaciones para la agricultura sostenible. *Proyecto Vida no Campo*. Recuperado de; https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_do_altieri.pdf

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.; ASTIER, M.; VASQUEZ, L.; HENAO, A.; INFAMTE, A., 2021. Documentando la evidencia en Agroecología: Una perspectiva Latinoamericana. *Boletín Científico* Núm 5. Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas CELIA.

BARBOSA, L. C. B. G.; BRANDENBURG, A. **A emergência de um rural ecológico na perspectiva do desenvolvimento socioambiental**. Em: Alfio Brandenburg. (Org.). Mundo rural e ruralidades. 1ªed.Curitiba.: Editora UFPR. 2018.p. 163-192.

BRASIL. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, * A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 119-125, jul./dez. 2004. Editora UFPR. <https://orgprints.org/id/eprint/24392/1/Brandenburg,A>.

BRANDENBURG, A. .; ROZENDO, C.; LAMINE, C. . O potencial da ação pública no processo de reconexão entre agricultura, alimentação, meio ambiente e saúde no âmbito territorial. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 186–209, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.739. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/739>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CASSOL A.; COLPARI C. O. Mercados como cultura: Los lazos sociales, crédito rural y ferias de alimentos Markets as culture: Social ties, rural credit and food fairs EUTOPIA, **Revista de Desarrollo Económico Territorial**, núm. 20, pp. 8-31, 2021 FLACSO Ecuador. DOI: <https://doi.org/10.17141/eutopia.20.2021.5163>

CASSOL, A., & SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. Lua Nova: **Revista De Cultura E Política**, (95), 143–180. 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>

CEPAGRO. (2018). *Certificación Participativa de Alimentos Agroecológico* (Edición 2018). Florianópolis, SC – Brasil, recuperado de: <https://cepagro.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Certificacao-Participativa-edicao-2018-1.pdf>

CLAYTON, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, p. 69-101, 2001.

COLPARI, C. O. y CASSOL A. «Mercados Como Cultura: Los Lazos Sociales, crédito Rural Y Ferias De Alimentos». Eutopia. **Revista De Desarrollo Económico Territorial**, n.º 20 (diciembre): pp. 8-31. 2021. <https://doi.org/10.17141/eutopia.20.2021.5163>.

CORONA, H. M. P.; PEREIRA, A. A. Agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da ilha do cavernoso no município de Candói/PR. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 108–128, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/6086>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CORONA, H. M. P., TAFERNABERRI V. S. e GODOY I. W. Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC). **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**. 2018; 23(1): 237-261. [fecha de Consulta 28 de Dezembro de 2024]. ISSN: 1414-7106. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552059122016>

CRUZ, M. S., RIBEIRO, E. M., PERONDI, M. A., ARAUJO, A. M., & MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926>

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. D. C. F; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XIX, n. 2, abr.-jun. 2016. p. 1-22

FAO. 2024. Mercados tradicionais de alimentos: Experiencias de buenas prácticas en América Latina y el Caribe. Santiago. publications-sales@fao.org

FERNANDES, D. S. Passo a passo para controle de qualidade orgânica – sistema participativo OCS e OPAC, SEBRAE/RN, 2021

FLORIANI, D.; VERGARA, N. Rumo a um pensamento socioambiental: aproximações epistemológicas e sociológicas. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 11-27, dez. 2015.

FONSECA, M. F. D. A. C. Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. **Niterói: Programa Rio Rural**, 2009. 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

FONSECA M. F. A. C.; MIRANDA, S. P.; DIAS, A.; BRASIL J. F.; BORIN, B. C, Z.; PESAGRO-RIO. Seropédica-RJ. 2022 https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2024/03/frm_experiencia-4a-hji-jo7mq-482cde51-9a56-42f5-9a91-f9bf7a323a0f-1.pdf

IFOAM. (2021). The Four Principles of Organic Agriculture | IFOAM. [ifoam.bio](https://www.ifoam.bio/). <https://www.ifoam.bio/why-organic/shaping-agriculture/four-principles-organic>

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Texto Para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF, 2020, 52 p.

LEFF, E. (2019). **Ecologia Política**. Brasil: UNICAMP.

ORGANIS, Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável, Pesquisa Consumidor Orgânico 2023, Brasil, 2023. 76 p. Disponível em: <https://organis.org.br/pesquisaconsumidor-organico-2023/>. Acesso em 06/12/2023.

PADILHA, F. A.; GODOY, T. C. M.; VARGAS, O. T., CAMPOS, R. J. R.; Princípios e práticas agroecológicos: um estudo sobre a Feira de Produtos Orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco, **Ambiência** Guarapuava (PR), v.15 n.3 p. 600 – 610 Set/Dez 2019 DOI:10.5935/ambiencia.2019.03.07

PEDRADA, A. K. L.; BORGES, W. L. Produção orgânica representa agregação de valor e possibilidade de aumento de renda para agricultores amapaenses. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 2, p. 26–41, 2023. 10.33240/rba.v18i2.23444

PEREZ-CASSARINO, J.; BEZERRA, I.; COSTA E SILVA, L. DA. Alimentos ecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. In: Teo, Carla Rosane Paz Arruda; Triches, Rozane Marcia. (Org.). Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. 1ed. Chapecó-SC: Argos, 2016, v. 1, p. 111-142.

QUINAGLIA, G. D. P.; PERONDI, M. A.; TOMAZINI, C. E. G.; Feiras orgânicas de Pato Branco – PR: fatores que influenciam a fidelidade, Portal de Eventos Científicos da UTFPR (EVIN), XXVI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da UTFPR. (2021) <https://eventos.utfpr.edu.br/sicite/sicite2021>

RECH, R., GODOY, W. I. Feiras-livres e Agroecologia: Uma Análise a Partir do Sudoeste do Paraná, VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – *Fortaleza*, v. 6, n. 2, 2011.

ROVER, O. J., & DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In M. R. Darolt & O. S. Rover (Eds.), Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social (pp. 19-43). 2021. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229738/circuitos_curtos.pdf?sequence=1#page=19 »

SAMPAIO, Danilo O.; GOSLING, Marlusa; FAGUNDES, André F. A.; SOUSA, Caissa. Consumo de alimentos orgânicos: um caso exploratório. **Revista Administração em Diálogo**, v. 15, n.1, p. 01-22, 2013.

SARANDON, S. J. Educação e formação em agroecologia: uma necessidade urgente para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, Curitiba, 2009. Anais... Curitiba, 2009.

SCHAW, P. I., AMARAL M. J. L., & CORRET A. R. (2022). Sistema agroalimentar Sustentável: a produção familiar e a comercialização local de alimentos orgânicos em Rolante-RS. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2438>

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-142.

SEVILLA GUZMÁN, E. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. **Redes**, v. 22, n. 2, p. 13-30, 30 abr. 2017. <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9341>

SILVA, A. S. J., VIEIRA, D. D., PALHARES, S. B. A., MACEDO, M. C. C., & Hübner, S. Agricultura orgânica e familiar: concepções, políticas e aspectos legais. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 8 n. (1), pp. 88-97, 2021.

SILVA, A. F. C. Pragas, patógenos e plantas na história dos sistemas agroecológicos. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 17, p. 1-31, 2022. 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0023.

SILVA, D. A., POLLI, H. Q. A importância da agricultura orgânica para a saúde e o meio ambiente. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 505-516, 2020. 10.31510/infa.v17i1.825

TENDENCIAS EMERGENTES. (s/f). El mundo de la agricultura orgánica . Fibl.org. Recuperado em 7 de janeiro de 2025, de https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1747-organic-world-2024_light.pdf

VAN DER PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. *Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, Editorial da AS-PTA, 2014.

WILKINSON, John. *Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.